

**PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Demonstração do EBITDA para exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Plano de Saúde da Santa Casa de Bragança Paulista

O Santa Casa Saúde, operadora de planos privados de assistência médica, inscrita no CNPJ: 24.645.912/0001-89 e registro na ANS nº 42016-6, apresenta o Relatório da Administração em conformidade com a legislação vigente e submete à apreciação a demonstração contábil, relativa ao exercício de 2025, devidamente auditada por empresa independente e registrada junto à CVM, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

1. Visão geral

Em 2025, o Santa Casa Saúde completou 30 anos, sendo que os primeiros 21, vinculados ao CNPJ da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista, fundadora da operadora, que na época tinha como objetivo fortalecer a instituição com novos recursos e ampliar o acesso da população aos serviços instalados.

A cisão ocorreu em 2016, momento que a operadora se tornou independente, ganhou agilidade administrativa, profissionalização da gestão, transparência em seus resultados e local exclusivo para um atendimento ainda mais eficiente e dedicado aos seus beneficiários.

Mesmo tendo iniciado uma nova fase a operadora mantém uma conexão forte com a Santa Casa de Bragança Paulista, a responsável pela consolidação no mercado do nome Santa Casa Saúde, referenciando seus serviços de forma a contribuir com sua sustentabilidade.

Os produtos oferecidos têm como área geográfica de cobertura um grupo de municípios, porém em 2022 se associou a ABRAMGE para dar atendimento em caráter de urgência e emergência aos beneficiários em trânsito, em grande parte do território nacional, ampliando o serviço prestado e o alcance à saúde.

No início de 2024, o Santa Casa Saúde celebrou uma nova fase de sua trajetória. A mudança para uma sede, com localização privilegiada e aumento do espaço físico proporcionando uma organização mais eficiente dos fluxos de trabalho e da produtividade.

Uma grande conquista em 2025 foi a aquisição de um Centro de Fisioterapia, que realizou mais de 100 mil sessões de reabilitação para melhora da função motora, mobilidade e qualidade de vida dos beneficiários assistidos. A verticalização do serviço proporcionou o uso de protocolos de atendimento, controle da produtividade dos profissionais, da qualidade e a redução de custos operacionais.

Encerra o ano com 28.195 vidas distribuídas em contratos para pessoas físicas e pessoas jurídicas, subdivididas em coletivo e coletivo por adesão, entretanto, sem variação com o período anterior apesar do grande número de adesões realizadas durante o ano, contrabalançada pelo elevado número de exclusões por desligamento do trabalho, sendo esta movimentação de entrada e saída de funcionários nos contratos empresariais, um dos causadores da alta sinistralidade pelo uso frequente dos recém-contratados e seus dependentes, muitas vezes com questões de saúde acumuladas ou adiadas.

Quanto as obrigações junto à ANS referente às provisões técnicas e capital regulatório, que garantem segurança e liquidez, todas estão adequadas e atendidas conforme a normativa vigente, assim como o pagamento dos prestadores de serviços e o ressarcimento ao SUS, reflexo de uma administração comprometida em honrar seus compromissos.

De acordo com as Demonstrações Financeiras, o exercício encerrou com pequeno superavit, porém em comparação ao no anterior, uma expressiva recuperação. A despesa assistencial, foi a responsável pelo consumo de 92% das receitas, sendo que em 2024 foi de 98%, evidenciando estes dados a eficiência da gestão.

Uma grande transformação interna foi a limitação de uso de papéis – cuja produção consome água em larga escala, adotando novos fluxos de trabalho, utilizando exclusivamente processos de armazenamento em nuvem, digitalização e assinaturas eletrônicas, não só com o intuito de reduzir custos e sim de contribuir com o meio ambiente.

2. Política de destinação de lucros:

Em conformidade com as normativas da operadora e seu estatuto, todos os recursos, rendas e resultados operacionais, devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos associativos, dessa forma, independente do resultado o SCS cumpriu e cumpre o determinado.

3. Reformulações administrativas, reorganizações societárias e emissão de debêntures:

Fica também registrado que não houve emissão de debêntures nem outra forma de captação de recursos, investimentos em sociedades coligadas e controladas, nenhuma alteração dos membros da diretoria eleitos para o quadriênio 2022/2025, nem reorganização societária ou acordo com acionistas.

Para o período compreendido de 2026/2029, foi realizada em outubro a assembleia geral para eleição da diretoria, conforme o estatuto da operadora.

4. Negócios sociais e principais fatores internos e/ou externos que tiveram influência na performance da operadora:

Preservar a sustentabilidade financeira e a obtenção de equilíbrio econômico tem se mostrado um dos maiores desafios da operadora, cuja fonte de receita é basicamente as mensalidades. Apesar do desempenho em 2025 ter sido melhor que o ano anterior, o cenário exige cautela, atenção redobrada e muita habilidade na negociação dos reajustes dos contratos empresariais.

A alta sinistralidade se tornou uma preocupação constante. Impulsionada pelo aumento dos custos operacionais, mudanças regulatórias, elevação do custo da mão de obra, insumos e avanço galopante da tecnologia na saúde, que revolucionam a obtenção de diagnósticos com tratamentos muitas vezes incorporados rapidamente e não previstos, especialmente na cobertura das terapias oncológicas que resultam em aumento significativo das despesas.

Ainda sobre a sinistralidade, foi observado que as receitas obtidas com os beneficiários da primeira faixa etária, onze por cento da carteira, não foi o suficiente para cobrir as despesas, dezesseis por cento do total gasto, transformando o grupo de crianças e adolescentes em um agrupamento de alto custo, superando a utilização da última faixa etária, contrariando a lógica de que os idosos são mais onerosos. Para solucionar a questão, a operadora está formalizando novos acordos, com o intuito de obter controle dos custos.

Outro desafio é o aumento da judicialização para obtenção de tratamentos, medicamentos ou procedimentos não previstos no SUS, nem na saúde suplementar, que embora seja um direito legítimo, a facilidade de ingresso com ações judiciais, sem critério algum e ajuizamento direto pulando etapas administrativas, prejudica o sistema como um todo. Um tema complexo que poderá ter novos desdobramentos por conta do estabelecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de critérios mais rigorosos para obtenção do que não está contratualizado, não está incorporado e sem evidência científica.

A operadora em 2025, foi afetada por um tratamento medicamentoso inovador e de alto custo, com conflito geral de interpretação, sem protocolo nacional de utilização, sem previsão de cobertura, e que contribuiu com o resultado anual abaixo das expectativas, além do impacto que trará sobre a revisão da nota técnica dos produtos, que tem como o maior determinante as despesas assistenciais, consequentemente na precificação das mensalidades, um cenário complexo e de risco financeiro.

Continuamos com o trabalho de adaptação dos contratos firmados antes da Lei 9656/98, resultando num grupo de somente 41 beneficiários em toda a carteira nesta condição, indo ao encontro a expectativa do órgão regulador.

Intensificamos neste ano a interação com os beneficiários abordando nas redes sociais e mídias, a forma correta de utilização dos recursos disponibilizados, a importância de uma postura responsável, de um comportamento justo e sem abusos com o intuito de conscientizar e de certa forma contribuir com a redução das despesas.

Compromissados também com a comunidade, foram intensificadas as ações e investimentos em palestras sobre o câncer de mama, câncer de próstata, saúde mental, prematuridade, câncer de pele, cursos para Gestantes e Acompanhantes e a Promoção e Mobilização no evento mundial denominado Mamaço, corrida e caminhada à saúde.

Também para contribuir com a transformação social da nossa cidade, bem-estar e qualidade de vida o SCS, manteve os patrocínios às entidades que apoiam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade como o Espaço de Convivência e Aprendizado (ECO), o Serviço Assistencial de Acolhimento Institucional (SAMA) e o Centro Dia da Pessoa com Deficiência, se engajando no Projeto Casulo, com arrecadação de 842 kg de tampas plásticas, que são transformadas em renda para ampliação das dependências da instituição que atende exclusivamente adultos com deficiência.

Os comitês de Gestão, Proteção e Privacidade de Dados, Comunicação e Imagem Institucional, Financeiro e Grupo de Trabalho Integrativo, atuaram como braços de apoio à diretoria executiva, proporcionando dados técnicos, informações detalhadas e recomendações estratégicas para fundamentar as decisões.

Com foco no desenvolvimento contínuo, sendo os funcionários o fator central na geração de valor no relacionamento com os clientes, o Santa Casa Saúde investiu na capacitação das suas equipes através do incentivo à participação em treinamentos, workshops, cursos online e presenciais, encontros e flexibilizando horários para os graduandos realizar estágios e outras obrigações.

5. Perspectivas para 2026:

O foco está em melhorar o resultado financeiro da operadora e assim garantir a sua sustentabilidade, sem comprometer a qualidade dos serviços ofertados. Ser mais agressivo na comercialização de planos empresariais, que proporciona a possibilidade de reajustes mais justos e próximos do necessário que o de planos individuais.

Reduzir o custo assistencial, revisando os contratos com hospitais, fornecedores e médicos para garantir reajustes suportáveis e obter efeito positivo sobre o índice de sinistralidade.

Mudança na gestão com o uso da plataforma MV para operadoras, visando organizar e controlar os processos administrativos, financeiros, gerenciais e de auditorias com maior rapidez, proporcionando que a tomada de decisão seja feita com maior segurança e de forma enxuta, porém suficiente e sem desperdícios.

Manter o compromisso de observar as normativas do órgão regulador e entregar o melhor para os beneficiários.



Agradecimentos:

Aos funcionários do Santa Casa Saúde, pela dedicação, comprometimento diário e superação ao ano de 2025.

Aos fornecedores pelas parcerias estratégicas, fundamental pela obtenção dos resultados.

Aos profissionais de saúde que atendem os beneficiários com competência, atenção e cuidado.

Aos beneficiários, que confiam em nosso trabalho.

Bragança Paulista, 26 de fevereiro de 2026.

João José Marques

Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do **PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por Eduardo Rodrigues, cujo Relatório foi emitido em 25 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável pelas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o EBITDA.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e o EBITDA, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e o EBITDA e, ao fazê-lo, considerar se tais informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o conhecimento obtido no curso da auditoria, ou se, de outra forma, aparentam conter distorção relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que existe distorção relevante nas outras informações, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não identificamos distorções relevantes nas outras informações.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração do PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba - SP, 27 de fevereiro de 2026.

Moda Auditores Independentes S/S.
CRC n.º 2SP021705/O-8
CVM n.º 8990



Luis Antonio Moda
Contador CRC n.º 1SP143555/O-0

PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em reais)

ATIVO		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE	N.E	43.102.885,27	52.864.853,11
Disponível		740.656,29	2.560.795,88
Realizável		42.362.228,98	50.304.057,23
Aplicações Financeiras		21.285.880,04	27.750.216,00
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.720.214,34	12.381.639,45
Aplicações Livres		12.565.665,70	15.368.576,55
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4	5.665.695,87	3.858.970,20
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		5.680.068,78	3.860.447,34
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (PPSC)		(14.372,91)	(1.477,14)
Créditos Tributários e Previdenciários		105.971,49	292.603,72
Imposto de Renda Diferido		105.405,03	292.176,38
Outros Créditos Tributários e Previdenciário		566,46	427,34
Bens e Títulos a Receber		15.275.083,44	18.391.590,74
Adiantamentos	5	13.075.067,51	18.350.981,39
Outros Bens e Títulos a Receber	6	2.200.015,93	40.609,35
Despesas Antecipadas		29.598,14	10.676,57
Outras Despesas Antecipadas		29.598,14	10.676,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE		21.908.264,66	8.909.403,61
Investimentos		7.950,27	3.193,68
Imobilizado	7	20.907.540,63	8.835.461,00
Intangível	8	992.773,76	70.748,93
TOTAL DO ATIVO		65.011.149,93	61.774.256,72

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	N.E	20.301.366,16	18.400.358,54
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	16.669.203,41	15.770.513,40
Provisões de Prêmios / Contraprestações		9.626.600,11	8.608.373,51
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		292.516,18	196.950,97
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		2.569.929,32	2.996.855,52
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.180.157,80	3.968.333,40
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		200.544,47	234.877,14
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		200.544,47	208.030,14
Comercialização sobre Operações		-	26.847,00
Provisões		-	225.527,43
Provisões para Ações Judiciais		-	225.527,43
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		537.783,92	326.456,79
Tributos e Contribuições	10	307.288,56	129.842,28
Retenções de Impostos e Contribuições	11	230.495,36	196.614,51
Débitos Diversos		2.893.834,36	1.842.983,78
Obrigações com Pessoal		986.171,50	604.918,98
Fornecedores	12.a	384.767,98	164.455,02
Outros débitos a pagar	12.b	1.522.894,88	1.073.609,78
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		532.133,49	-
Fornecedores	12.a	532.133,49	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.177.650,28	43.373.898,18
Patrimônio Social		43.453.223,04	47.650.533,66
Superávit / (Déficit) do Exercício		724.427,24	(4.276.635,48)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.011.149,93	61.774.256,72

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Geral, encerrado em 31 de Dezembro de 2025, somando a importância de R\$ 65.011.149,93 (Sessenta e cinco milhões, e onze mil e cento e quarenta e nove reais e noventa e três centavos).

**PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	183.886.112,87	165.654.979,46
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	184.487.601,81	166.012.457,83
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	184.487.601,81	166.012.457,83
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(601.488,94)	(357.478,37)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(174.029.042,69)	(162.178.024,25)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(173.817.218,29)	(161.765.773,87)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(211.824,40)	(412.250,38)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	9.857.070,18	3.476.955,21
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	521.310,49	13.858,22
Outras Receitas Operacionais	521.310,49	13.858,22
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(1.426.260,30)	(930.818,79)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.393.755,02)	(761.102,29)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(32.505,28)	(169.716,50)
RESULTADO BRUTO	8.952.120,37	2.559.994,64
Despesas de Comercialização	(172.112,11)	(1.001.105,02)
Despesas Administrativas	(11.485.078,67)	(9.848.970,79)
Resultado Financeiro Líquido	3.234.330,15	3.948.385,65
Receitas financeiras	4.205.245,31	4.769.216,34
(-) Despesas financeiras	(970.915,16)	(820.830,69)
Resultado Patrimonial	195.167,50	65.060,04
Receitas Patrimoniais	195.167,50	65.060,04
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	724.427,24	(4.276.635,48)
SUPERÁVIT/(DEFICIT) DO EXERCÍCIO	724.427,24	(4.276.635,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(Em reais)

	Patrimônio Social	Resultado do exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.699.454,88	942.581,16	47.642.036,04
Transferência para patrimônio social	942.581,16	(942.581,16)	-
Ajustes de exercícios anteriores	8.497,62	-	8.497,62
Déficit do exercício	-	(4.276.635,48)	(4.276.635,48)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	47.650.533,66	(4.276.635,48)	43.373.898,18
Transferência para patrimônio social	(4.276.635,48)	4.276.635,48	-
Ajustes de exercícios anteriores	79.324,86	-	79.324,86
Superavit do exercício	-	724.427,24	724.427,24
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	43.453.223,04	724.427,24	44.177.650,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**
(Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.427.739,86)	1.218.023,88
Recebimentos de Plano de Saúde (+)	191.161.520,82	173.038.733,23
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	147.517.090,27	167.299.781,17
Outros Recebimentos Operacionais (+)	2.661.354,10	4.630.540,96
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde (-)	(183.187.284,06)	(172.117.251,92)
Pagamentos de Comissões (-)	(270.121,24)	(1.098.881,51)
Pagamentos de Pessoal (-)	(4.143.066,63)	(2.644.312,04)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(2.808.053,11)	(2.414.424,17)
Pagamentos de Tributos (-)	(4.952.757,18)	(4.049.772,08)
Pagamentos de Aluguel (-)	(697.891,36)	(510.996,43)
Pagamentos de Promoção/Publicidade	(481.459,70)	(427.410,19)
Aplicações Financeiras (-)	(141.052.754,31)	(154.946.455,97)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(5.861.433,90)	(5.541.527,17)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(392.399,73)	(660.711,28)
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	(135.084,32)	(660.711,28)
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento (-)	(257.315,41)	-
CAIXA LÍQUIDO	(1.820.139,59)	557.312,60
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.560.795,88	2.003.483,28
Caixa e equivalente de caixa no final do período	740.656,29	2.560.795,88
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(1.820.139,59)	557.312,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA
DE BRAGANÇA PAULISTA**

EBITDA

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
Receita Bruta da Entidade				
Contraprestações efetivas de oper. assist. saúde	184.487.601,81	100,3%	166.012.457,83	100,2%
Deduções da Receita				
Tributos diretos	(601.488,94)	-0,3%	(357.478,37)	-0,2%
(=) Receita líquida das vendas/serviços	183.886.112,87	100,0%	165.654.979,46	100,0%
(-) Custo dos Serviços	(173.817.218,29)	-94,5%	(161.765.773,87)	-97,7%
(=) Superávit Bruto	10.068.894,58	5,5%	3.889.205,59	2,3%
Despesas operacionais				
(-) De comercialização	(172.112,11)	-0,1%	(1.001.105,02)	-0,6%
(-) Administrativas	(11.485.078,67)	-6,2%	(9.848.970,79)	-5,9%
(+/-) Outros Resultados	(904.949,81)	-0,5%	(916.960,57)	-0,6%
Ajustes				
(+) Depreciação e Amortização	859.385,99	0,5%	341.206,78	0,2%
(=) EBITDA	(1.633.860,02)		(7.536.624,01)	
Margem:	-0,89%		-4,55%	

PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE BRAGANÇA PAULISTA
CNPJ 24.645.912/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em reais)

1 – OPERAÇÕES

O Plano de Saúde da Santa Casa de Bragança Paulista é uma associação civil que tem por finalidade a operação e a comercialização de Plano Privado de Assistência à Saúde, em conformidade com a legislação vigente.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, bem como as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, incluindo as receitas, despesas, gratuidades, doações, e aplicações de recursos.

b) Provisão para perdas sobre créditos

As provisões para perdas sobre créditos foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela ANS, onde, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo parcelas vencido há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito é provisionada, e para os demais planos, são provisionadas a totalidade dos créditos vencidos há mais de 90 (noventa) dias.

c) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

d) Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde

Constituída para garantia das obrigações contratuais, com base nas disposições contidas na Resolução – RN nº 574, de 28 de fevereiro de 2023 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

e) Impostos e contribuições sociais a recolher

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis até a data do balanço.

f) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“impairment”), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Registro de eventos

A despesa na contabilidade deve ser registrada quando incorrida, independentemente do pagamento, esse momento é o que se denomina registro contábil pelo regime da competência, em atendimento a Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022 e alterações, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4 – CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS/PRÊMIOS A RECEBER

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Contraprestações Planos Individuais	1.329.939,67	1.219.432,16
Contraprestações Planos Coletivos	4.350.129,11	2.641.015,18
SUB-TOTAL	5.680.068,78	3.860.447,34
(-) Provisão p/ perdas sobre créditos	(14.372,91)	(1.477,14)
TOTAL	5.665.695,87	3.858.970,20

5 - ADIANTAMENTOS

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Adiantamentos a Fornecedores (a)	13.033.805,70	8.750.981,39
Adiantamentos férias	41.261,81	-
Outros Adiantamentos	-	9.600.000,00
TOTAL	13.075.067,51	18.350.981,39

O saldo registrado em Adiantamentos a Fornecedores, no montante de R\$ 13.033.805,70, refere-se a valores desembolsados antecipadamente a prestadores/fornecedores, representando direitos da Companhia de receber serviços e/ou de compensar tais valores com obrigações futuras, conforme condições contratuais aplicáveis. Esses valores são reconhecidos inicialmente pelo custo (valor desembolsado) e apropriados ao resultado pelo regime de competência, à medida que os serviços correspondentes são efetivamente prestados, ou realizados por compensação com faturamentos e/ou valores a pagar, conforme a substância econômica de cada operação.

a) Composição do saldo:

R\$ 2.000.000,00: refere-se à antecipação financeira concedida à prestadora assistencial Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista (CNPJ 45.615.309/0001-24), formalizada por Contrato de Antecipação sobre Faturamento. A operação tem como finalidade viabilizar melhorias de infraestrutura, incluindo a adequação e unificação das Unidade de Terapia Integrar Norte e Sul em um único espaço físico, em linha com a estratégia de verticalização da operadora. A realização do ativo ocorrerá de forma gradual, por compensação mediante retenções sobre o faturamento dos serviços prestados pela referida prestadora, observados os prazos e condições estabelecidos contratualmente.

R\$ 11.033.805,70: corresponde a valores pagos antecipadamente à mesma prestadora (CNPJ 45.615.309/0001-24) para assegurar a continuidade do atendimento/fornecimento e o cumprimento de condições contratuais. Tais valores são apropriados ao resultado para as contas correspondentes à medida que os serviços são efetivamente prestados, em conformidade com o regime de competência e com os termos contratuais.

6 – OUTROS BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Outros títulos a receber (a)	655.119,54	20.000,00
Cartão de Crédito GetNet	18.524,77	20.609,35
Conta Corrente Ativo	1.526.371,62	-
TOTAL	2.200.015,93	40.609,35

- a) O saldo apresentado em “Outros Títulos a Receber” na data base de 31/12/2025, é decorrente do aporte financeiro negociado com contratante corporativo, relacionado ao reequilíbrio da sinistralidade apurada nos meses de junho a setembro de 2025.

7- IMOBILIZADO

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Terrenos	1.885.880,37	1.885.880,37
Edificações	7.229.774,31	6.897.444,07
Máquinas e Equipamentos	423.036,30	228.319,83
Equip. de Processamento de dados	830.423,66	780.456,77
Móveis e Utensílios	922.962,73	618.109,82
Veículos	164.735,10	164.735,10
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro (a)	12.771.638,49	724.254,42
	24.228.450,96	11.299.200,38
(-) Depreciação acumulada	(3.320.910,33)	(2.463.739,38)
Imobilizado líquido	20.907.540,63	8.835.461,00

- a) Em março de 2025, a entidade adquiriu o Centro de Fisioterapia, como parte da estratégia de verticalização dos serviços assistenciais. A operação resultou no reconhecimento dos ativos e passivos relacionados à unidade adquirida, passando suas operações a integrar as demonstrações contábeis a partir da data da aquisição. O aumento significativo em determinadas contas patrimoniais e do resultado no exercício de 2025 decorre, substancialmente dessa aquisição.

8 - INTANGIVEL

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Software	74.631,06	74.631,06
Marcas e patentes	4.000,00	1.000,00
Implantação de software	921.237,07	0,00
Sub-total	999.868,13	75.631,06
(-) Amortização	(7.094,37)	(4.882,13)
TOTAL	992.773,76	70.748,93

A variação observada nas contas patrimoniais do Ativo Intangível, com correspondente aumento na conta de Fornecedores, decorre da implantação da plataforma MV para operadoras. A mudança de gestão teve como objetivo aprimorar a organização e o controle dos processos administrativos, financeiros, gerenciais e de auditoria, proporcionando maior agilidade e segurança na tomada de decisões, com uso mais eficiente dos recursos.

9 – PROVISÕES TÉCNICAS

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha	9.626.600,11	8.608.373,51
Rede contratada/credenciada	2.569.929,32	2.996.855,52
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS	292.516,18	196.950,97
Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados	4.180.157,80	3.968.333,40
TOTAL	16.669.203,41	15.770.513,40

10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2.025	2.024
	R\$	R\$
ISS	87.980,22	7.979,86
INSS	168.408,66	91.695,54
FGTS	50.899,68	30.166,88
TOTAL	307.288,56	129.842,28

11 – RETENÇÕES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2.025	2.024
	R\$	R\$
IRRF	123.097,06	100.280,14
CSLL/PIS/COFINS Retidos	102.884,00	93.735,56
PIS	4.514,30	2.563,81
Contribuição Sindical	-	35,00
TOTAL	230.495,36	196.614,51

12 – DÉBITOS DIVERSOS

a) Fornecedores

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Fornecedores a Curto Prazo	384.767,98	164.455,02
Fornecedores a Longo Prazo	532.133,49	-
TOTAL	916.901,47	164.455,02

A variação observada nas contas patrimoniais do Ativo Intangível, com correspondente aumento na conta de Fornecedores, decorre da implantação da plataforma MV para operadoras. A mudança de gestão teve como objetivo aprimorar a organização e o controle dos processos administrativos, financeiros, gerenciais e de auditoria, proporcionando maior agilidade e segurança na tomada de decisões, com uso mais eficiente dos recursos.

b) Outros débitos a pagar

	2.025	2.024
	R\$	R\$
Deposito de benef. Adiantamento Sismub	1.095.901,48	1.045.174,29
Co-participação - coletivos empr. depois da lei	260.047,44	-
Co-participação - individuais/famil depois da lei	109.925,81	-
Diretoria médica	-	97,00
Farmácia	5.007,47	3.436,71
Empréstimo de funcionário	27.050,18	12.257,28
Cabesc	4.328,25	3.902,50
Cesta básica	18.049,92	8.742,00
Outros Débitos a pagar	2.584,33	-
TOTAL	1.522.894,88	1.073.609,78

13- ISENÇÕES USUFRUÍDAS

No exercício de 2025, a entidade gozou da renúncia fiscal relativa aos tributos de IRPJ e CSLL, prevista para as Entidades Sem Fins Lucrativo.

14 - PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Existem processos ajuizados contra a entidade que são classificados como possível num montante de R\$ 4.373.139,00.

15 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O saldo do Patrimônio Social é compreendido pelo Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. O **superávit** do exercício de 2025 é de **R\$ 724.427,24 (Setecentos e vinte e quatro mil e quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos)**, e será incorporado ao Patrimônio Social na data da aprovação do balanço pela Assembleia Geral.

16 – CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

De acordo com as normas gerais estabelecidas pela Resolução Normativa ANS nº 528, em seu item 10.4.2, por ocasião do balanço patrimonial, a operadora deverá conciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Desta forma, é apresentado abaixo a conciliação através do fluxo de caixa pelo método indireto:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do período	724.427,24	(4.276.635,48)
Depreciação/Amortização	859.385,99	341.206,78
Doação de imobilizada recebida	45.128,26	-
Ajustes de Exercícios anteriores	79.324,86	8.497,62
Resultado da baixa de bens	192.751,14	-
Variação das Contas do Ativo	7.941.967,37	1.365.334,93
Variação das Contraprestações a Receber	(1.806.725,67)	223.490,27
Variação dos Outros Créditos	-	186,00
Variação dos Adiantamentos	5.275.913,88	(11.036.467,97)
Variação de Outros Títulos a Receber	(2.159.406,58)	(37.978,26)
Variação das Outras Despesas Antecipadas	167.849,78	(137.220,31)
Variação de Aplicações vinculadas a provisões técnicas	3.661.425,11	(1.149.782,49)
Variação de Aplicações financeiras não vinculadas	2.802.910,85	13.503.107,69

Variação das Contas do Passivo	2.433.141,11	4.297.878,71
Variação das Provisões técnicas	898.690,01	3.066.269,39
Variação de Receita Antecip. de Contraprestações/Prêmios	(7.485,67)	53.231,97
Variação de Comercialização sobre Operações	(26.847,00)	(187.122,77)
Variação de Obrigações com Pessoal	381.252,52	94.483,95
Variação dos Fornecedores	752.446,45	23.153,69
Variação dos Tributos e Contribuições	177.446,28	(38.252,72)
Variação dos Retenções de Impostos e Contribuições	33.880,85	30.348,80
Variação das Provisões para Ações Judiciais	(225.527,43)	207.527,43
Variação de Outros débitos a pagar	449.285,10	1.048.238,97
Caixa líquido das atividades operacionais	12.276.125,97	1.736.282,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(13.170.271,90)	(1.172.614,82)
Aquisição de cotas de capital	(4.756,59)	(532,34)
Aquisição de Ativo Intangível	(921.237,07)	(5.822,80)
Caixa líquido das atividades de investimento	(14.096.265,56)	(1.178.969,96)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.820.139,59)	557.312,60
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.560.795,88	2.003.483,28
Caixa e equivalente de caixa no final do período	740.656,29	2.560.795,88
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.820.139,59)	557.312,60

17 – PLANO DE CONTAS PADRÃO

A entidade adota o plano de contas padrão das operadoras de Plano de Saúde, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n.º 38, de 27 de outubro de 2.000, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2.022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

João José Marques
Presidente
C.P.F. 965.973.488-34

Claudio Tumbert
Tesoureiro
C.P.F. 496.373.128-20

Lilian Moraes Leme Santos
CPF: 285.141.758-40
Contador CRC 1SP253191/01